

FINANCIAMENTO ■ VERBAS COMUNITÁRIAS NÃO CHEGARAM À ECONOMIA

6,1 mil milhões desper

Portugal usou em cinco anos 57,7 por cento das verbas para formação profissional, constr



Depois de ter passado por São Bento, Álvaro Santos Pereira chegou ontem em silêncio ao jantar da Associação das Comunicações

OPINIÃO

A última oportunidade

ARMANDO ESTEVES PEREIRA



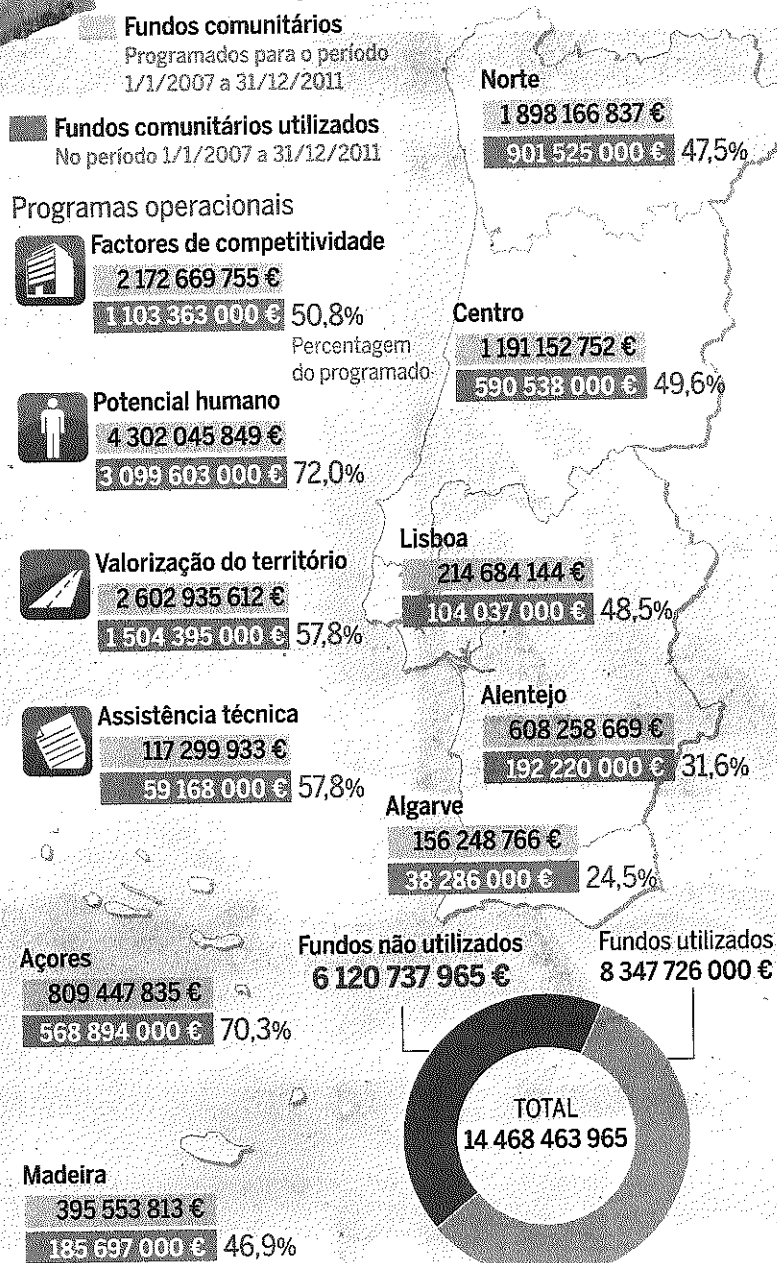
DIRECTOR-ADJUNTO

Portugal atravessa a pior recessão da Democracia, com um ajustamento que em 2011 e 2012 custa mais de 5% da riqueza gerada no País. Só a actividade das empresas e a produção de bens e serviços que conquistem mercados no exterior ou substituam importações podem permitir ao País sair deste pântano, até porque os motores do consumo público e do consumo privado estão condicionados pelo endividamento. Por isso, a questão do bom uso dos fundos comunitários é fundamental para o nosso futuro.

Infelizmente, Portugal tem um passado pouco abonatório. Esbanjámos os milhões em demasiado betão, em palácios de vaidades e em cursos de formação de utilidade duvidosa. Paradoxalmente, a chuva de fundos comunitários acelerada em 1992 coincidiu com um grande processo de desindustrialização e com a perda de importância do sector agrícola. O dinheiro que resta, e que pode ser o último cheque generoso de Bruxelas, é mesmo a derradeira oportunidade para requalificar a indústria portuguesa e os recursos humanos. É fundamental que o dinheiro seja bem aplicado, quer seja gerido por Vítor Gaspar ou por Álvaro Santos Pereira.

QREN

Como se reparte o dinheiro da Europa



RAQUEL OLIVEIRA

Portugal desperdiçou mais de seis mil milhões de euros em fundos comunitários entre 2007 e 2011. São verbas que poderiam ter ajudado a aumentar a competitividade das empresas, a dar mais formação e a equipar as zonas mais deprimidas do País num período de grandes dificuldades económicas.

A gestão do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que está agora no centro de uma polémica envolvendo os ministros da Economia (ver texto ao lado) e das Finanças, mostra que até Dezembro de 2011 Portugal tinha usado 8,3 mil milhões de euros dos 14,4 mil milhões de fundos comunitários programados, ou seja, 57,7 por cento. As verbas ainda poderão ser usadas – o programa

foi prolongado por mais dois anos, o que permitiu aumentar a comparticipação para 85 por cento – mas entretanto a inflação vai provocar uma desvalorização da ordem dos 400 milhões de euros, calcula o economista da CGTP Eugénio Rosa.

Os fundos supõem uma comparticipação nacional, pública ou privada, e a dificuldade de acesso ao crédito, sobretudo no último ano, é uma das razões para a não utilização das verbas. Por outro lado, a crise levou as empresas a paralisarem investimentos, mas também há que ter em conta “as dificuldades burocráticas criadas pelo Governo”, alerta Eugénio Rosa.

Segundo o economista, o Governo deveria obrigar a Banca, nomeadamente a CGD, a apoiar as empresas nesta necessidade de financiamento. ■

Restrições ao crédito travam iniciativas das empresas